



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS E DISTRITO**  
**FEDERAL**

**PROCESSO Nº. 50612.SEI/000084/2017-16**  
**CONTRATO Nº 00623/2017**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE, FORMA CONTÍNUA, VIGILÂNCIA / SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA (CBO 5173) NAS ÁREAS FÍSICAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT EM GOIÁS E DISTRITO FEDERAL (SR DNIT-GO/DF), NAS SUAS UNIDADES LOCAIS E NO POSTO DE PESAGEM DE FORMOSA/GO, PARA GUARDA DOS BENS PATRIMONIAIS DA INSTITUIÇÃO QUE FAZEM ENTRE SI O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL GOIÁS E DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA TERRA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA – EIRELI.**

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede na capital do Distrito Federal – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0004-53, por meio da Superintendência Regional DNIT em GO/DF, situada na Av. 24 de Outubro nº 311, Setor dos Funcionários, Goiânia-GO, neste ato representado pelo Superintendente Regional DNIT-GO/DF **FLÁVIO MURILO G. PRATES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado em Goiânia-GO, portador de Carteira de Identidade nº 1. [REDACTED] 22, expedida pela SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 306. [REDACTED] 49, nomeado pela Portaria nº. 094/2014-M.T, de 28/03/2014, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **TERRA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - EIRELI**, inscrita sob o CNPJ 01.863.518/0001-11, com sede na Rua C-208, nº 253, Quadra 518, Lote 18, Jardim América, CEP 74.255-070, no município de Goiânia-GO, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MAURÍCIO CARNEIRO SOARES**, brasileiro, solteiro,

portador da Carteira de Identidade nº 18 [REDACTED] 13 SSP/GO, e CPF nº 517 [REDACTED]-49, residente e domiciliado à Rua 109, nº 242, Quadra F-35, Lote 37, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP: 74.085-090, tendo em vista o que consta no Processo nº 50612.SEI/000084/2017-16, e o resultado final do Pregão nº 0266/17-12, com fundamento na Lei nº 10.520, de 2002 e, subsidiariamente à Lei n.º 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa, especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de vigilância/segurança patrimonial armada (CBO 5173) nas áreas físicas da sede da Superintendência Regional do DNIT em Goiás e Distrito Federal (SR DNIT-GO/DF), nas suas Unidades locais e no posto de pesagem de Formosa/GO, para a guarda dos Bens Patrimoniais da Instituição, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

LOCAL	ENDEREÇO	PERÍODO	CATSER	QUANTIDADE DE POSTOS
Sede da Superintendência Regional do DNIT-GO/DF	Av. 24 de Outubro, n. 311, Setor dos Funcionários, Goiânia/GO	Diurno	23647	01
		Noturno	23957	01
Unidade Local de Anápolis/GO	BR-060 Km 94 – St. Industrial Aeroporto – Anápolis/GO	Noturno	23957	01
Unidade Local de Jataí/GO	Rua D. Pedro II, nº.2254 – Bairro Santa Maria – Jataí/GO	Noturno	23957	01
Unidade Local de Aragarças/GO	Iteuvita Leão Pinto, nº. 213 – Aragarças/GO	Noturno	23957	01

Unidade Local de Rio Verde/GO	BR-452 Km 1,5 – Setor Industrial – Rio Verde/GO	<b>Noturno</b>	23957	01
Unidade Local de Uruaçu/GO	Rua Manoel Ribeiro Sobrinho, Qd. 54, Lt. 02 – Centro – Uruaçu/GO	<b>Noturno</b>	23957	01
Posto de Pesagem – Formosa/GO	BR-020, Km 12 – Formosa/GO	<b>Diurno</b>	23647	01
		<b>Noturno</b>	23957	01
<b>TOTAL DE POSTOS</b>				<b>09</b>

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 Meses, com início na data de 03/09/2017 e encerramento em 02/09/2018, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 961.200,00 (novecentos e sessenta e um mil e duzentos reais), conforme tabela no anexo IV, do Edital.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos,

encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

4.1.1. Gestão/Unidade: 39252/393011

4.1.2. Fonte: 0100

4.1.3. Programa de Trabalho: 26.122.212.620.000001 – Administração da Unidade Nacional

4.1.4. Elemento de Despesa: 339039

4.1.5. Nota de Empenho n.: 2017NE800161

4.2. No (s) exercício (s) seguinte (s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS**

5.1. Visando definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE utilizará formulário próprio como meio de análise – Acordo de Nível de serviço (ANS).

5.2. ANS é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, que define, em bases compreensíveis, tangíveis e objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

5.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado mensalmente pelo fiscal do contrato, gerando relatórios de prestação de serviços executados, com base nas quantidades de imperfeições de cada item a ser avaliado, conforme o ANEXO IX do Edital.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. There is a large signature on the left, a circular stamp or mark in the center, and several smaller initials and marks on the right side.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.1. O prazo referido no item anterior começará a correr quando a CONTRATADA apresentar a fatura acompanhada de todos os documentos comprobatórios da execução do serviço, não tendo início no caso de apresentação de documentação contendo erros ou incompleta.

6.2. Haverá provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, que serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo VII da IN/SLTI nº 02/2008.

6.2.1. Os valores provisionados somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições: I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido; II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato; III - parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e IV - ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

6.3. Os casos de comprovada inviabilidade de utilização da conta vinculada deverão ser justificados pela autoridade competente.

6.4. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

6.5. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.6. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

6.7. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados,

devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.9. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

6.9.1. Não sendo regularizada a situação da CONTRATADA no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.10. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

6.10.1. Não produziu os resultados acordados;

6.10.2. Deixou de executar as atividades CONTRATADAS, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

6.10.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

6.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.12. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.17. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

6.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

6.18.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

365

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO**

7.1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, poderá ocorrer após observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.1.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item 13.1, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

7.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

7.1.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

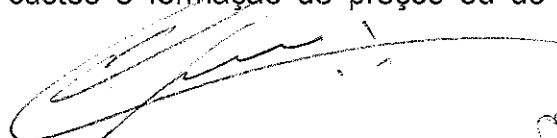
7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

7.3. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo





convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

7.4.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.4.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- I - Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- II - As particularidades do contrato em vigência;
- III - A nova planilha com variação dos custos apresentada;
- IV - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- V - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade CONTRATANTE.

7.4.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.4.4. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

7.4.5. O prazo referido no subitem 13.4.3 ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

7.4.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

7.4.7. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

7.5. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I - A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- III - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa,

contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

7.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.6. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7. A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente CONTRATADA, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

8.1. A CONTRATADA, na assinatura deste Contrato, prestará garantia no valor de R\$ 48.060,00 (quarenta e oito mil e sessenta reais), em uma das modalidades descritas no item 11.4 do edital, correspondente à 5% (cinco por cento), no prazo de 10 (dez) dias observadas as condições do Edital, do valor total do Contrato.

8.2. A garantia contratual deve ser cumprida conforme o disposto no item 11 do Edital.

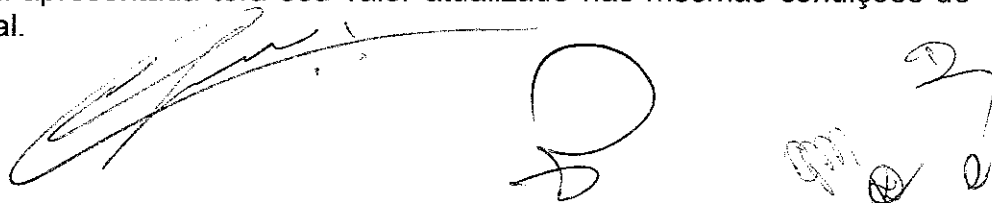
8.3. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

8.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

8.4.1. Na notificação devem constar as razões da utilização da garantia, com referência ao documento em que a CONTRATADA foi cientificada das correções que deveria providenciar e do valor das mesmas.

8.5. Quando for oferecida garantia na modalidade de Seguro Garantia esta somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93, além das hipóteses previstas no subitem 11.15 do Edital.

8.6. A garantia apresentada terá seu valor atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there is a circular mark or signature. On the right, there are several smaller initials and marks, including what appears to be a signature with a large 'D' above it.

8.7. A substituição da garantia, com ou sem alteração da modalidade de garantia prestada, dependerá de prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

#### **9. CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

9.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento dos salários de seus empregados por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

10.1.1. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento dos salários de seus empregados por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

10.2. A CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução contratual.

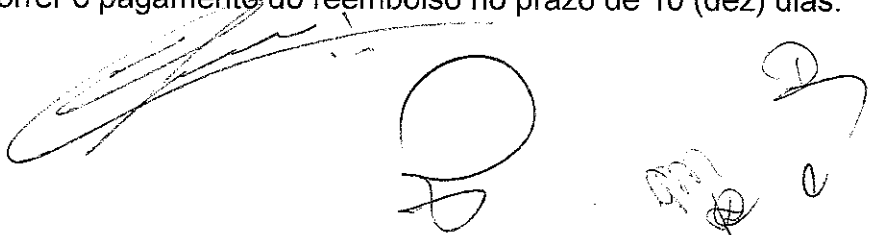
10.3. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

10.4. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

10.5. A CONTRATADA deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

10.6. Quando a CONTRATANTE for reclamada em ações judiciais trabalhistas que tenham como causa de pedir ação ou omissão imputável à CONTRATADA, esta fica obrigada a ressarcir as despesas com o deslocamento de prepostos, testemunhas ou assistentes técnicos da CONTRATANTE e com o pagamento de suas respectivas diárias, quando devidas.

10.6.1. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA as notas fiscais da despesa ou outros documentos que comprovem as despesas efetuadas, devendo ocorrer o pagamento do reembolso no prazo de 10 (dez) dias.



10.6.2. Não ocorrendo o pagamento no prazo previsto, a CONTRATANTE fica autorizada a realizar o desconto dos valores diretamente nas faturas ou créditos existentes.

10.7. As demais obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções deste Contrato são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no Edital, no CAPÍTULO IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 7º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no art. 28 do decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, e nas Instruções Normativas da CONTRATANTE Nº 01/2013 e INº 04/2015 ou outra que a venha substituir, e nas demais disposições da legislação vigente.

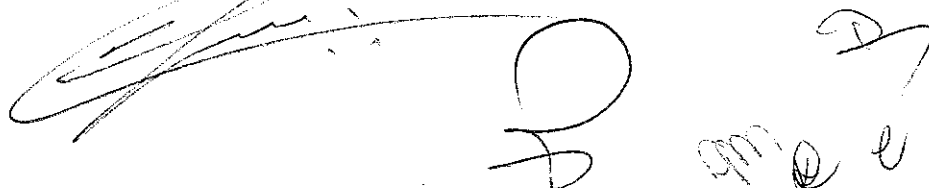
11.2. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor total da contratação, conforme IN DNIT 04/2015, a CONTRATADA que:

- 11.2.1 apresentar documentação falsa;
- 11.2.2 retardar a execução do objeto;
- 11.2.3 falhar na execução do contrato;
- 11.2.4 fraudar a execução do contrato;
- 11.2.5 comportar-se de modo inidôneo;
- 11.2.6 fizer declaração falsa; ou
- 11.2.7 cometer fraude fiscal.

11.3. Para os fins do item 11.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

11.4. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com a multa, com as seguintes penalidades:

- 11.4.1 advertência;
- 11.4.2 multa;
- 11.4.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



11.4.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4.5 impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

11.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.9. O rito para o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR referente às infrações praticadas pelos fornecedores da CONTRATANTE é o previsto na IN 04/2015, ou outra que a venha substituir.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

11.4 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.5 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.6 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.7.3 Indenizações e multas.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

12.4 É vedado à CONTRATADA:

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there are several smaller initials and marks, including a large 'D' and some illegible scribbles.

12.4.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.4.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **13 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

13.4 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.6 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.4 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto nº 2.271, de 1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, a Instrução Normativa da CONTRATANTE nº 04, de 2015, a Instrução de Serviços da CONTRATANTE nº 01, DE 2014, a Instrução de Serviços da CONTRATANTE nº 07, DE 2015, a Instrução de Serviços da CONTRATANTE nº 08, DE 2015, na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

### **15 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

15.4 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### **16 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

16.4 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Goiânia / Goiás - Justiça Federal.


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. There is a large, stylized signature on the left, and several smaller initials and marks on the right, including a large 'D' and some scribbles.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.


Goiânia, 31 de agosto de 2017



**FLAVIO MURILO G. PRATES DE OLIVEIRA**  
Superintendente Regional DNIT-GO/DF  
Representante legal da CONTRATANTE




**MAURÍCIO CARNEIRO SOARES**  
CPF: 517.280.521-49  
Representante legal da CONTRATADA




**Adm.ª CÁTIA FRANCISCA FERREIRA**  
Coordenadora de Administração e Finanças  
DNIT-GO/DF

TESTEMUNHAS:



CPF: 801. [REDACTED] 87

Adm. Kenmuel Lima Queiroz  
Analista Administrativo  
Mat. 3636-6 DNIT-GO/DF



CPF: 469. [REDACTED] 25

Geraldina Mendonça  
Subst. Coordenação de Administração e Finanças  
DNIT - GO/DF



Assinam: Luis Claudio Santana Montenegro (Diretor Presidente da CODESA); Roberto Carlos Teles Braga (Diretor de Administração e Finanças da CODESA) e Daniel Chaves Rezak Ferreira (Representante da Contratada).  
Data da Assinatura: 11 de agosto de 2017.

TIPO E NÚMERO - TERMO ADITIVO Nº 47/2017  
Processo: PE nº 1682/2014  
Contrato nº 29/2016

Partes: Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA e a IDF SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EM GERAL LTDA - EPP.  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 29/2016, por até 12 (doze) meses, iniciando a partir da data 26/08/2017 à 25/08/2018, bem como reajustar o valor do contrato pelo INPC, no período de junho de 2015 a maio de 2017 no percentual de 3,34857%, passando o valor global do contrato para a monta de R\$ 1.485.454,71 (um milhão quatrocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos).  
Assinam: Luis Claudio Santana Montenegro (Diretor Presidente da CODESA); Guilherme Fernandes Magalhães (Diretor de Infraestrutura e Operações da CODESA) e José Octacílio de Jesus (Representante da Contratada).  
Data da Assinatura: 26 de agosto de 2017.

TIPO E NÚMERO - TERMO ADITIVO Nº 48/2017  
Processo: PE nº 2500/2017  
Contrato: 90/2013

Partes: Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA e a CONSÓRCIO POSEIDON.  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 90/2013, por até 12 (doze) meses, iniciando a partir da data 24/08/2017 à 23/08/2018, bem como reajustar o valor contratual com acréscimo de R\$ 1.449.988,20 (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte centavos), passando o valor total do contrato a monta de R\$ 10.216.604,93 (dez milhões, duzentos e dezesseis mil e seiscentos e quatro reais e noventa e três centavos).  
Assinam: Luis Claudio Santana Montenegro (Diretor Presidente da CODESA); Guilherme Fernandes Magalhães (Diretor de Infraestrutura e Operações da CODESA) e Aldo Vaz Sampaio (Representante do Consórcio Poseidon).  
Data da Assinatura: 23 de agosto de 2017.

**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 73/2017 UASG 399093

Processo: 29381/17-84 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática, todo em conformidade com o Edital e Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 01/09/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h30. Endereço: Av Conselheiro Alves S/n Maucão - SANTOS - SP on [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)/edital/399093-05-72-2017. Entrega das Propostas: a partir de 01/09/2017 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 19/09/2017 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

ADEMIR BENTO JUNIOR  
Pregoeiro

(SIDE - 31/08/2017) 399003-00053-2016NE532012

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM EM EXTINÇÃO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2017 - UASG 273147

Número do Contrato: 6/2000.  
Nº Processo: 50612017292/02-60.  
TOMADA DE PREÇOS Nº 135/2000. Contratante: DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS-DE RODAGEM. CNPJ Contratado: 01285683000133. Contratado: A M ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - Objeto: Rescisão Amigável ao Contrato nº UT-12-00006/2000. Fundamento Legal: Arts. nº 60, 78, 79- II, § 1º da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 31/08/2017.

(SICON - 31/08/2017) 393011-39252-2017NE800021

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, CNPJ nº 04.882.707/0001-00, representado pelo Superintendente Regional, ORLANDO FANALA MACIADDO. CONTRATADO: Consórcio Equipav/Sanches Tripoloni, representado por Engenheiro Carlos Torres. INSTRUMENTO: TT-1089/2013-00. ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo TT-1089/2013-00. RESUMO DO OBJETO: Termo Aditivo de Prorrogação de prazo ao contrato, cujo objeto é a contratação integrada de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração de projeto básico e de projeto executivo de engenharia e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00632017090100135

execução das obras de restauração da pista existente, de adequação de capacidade, melhoria de segurança com eliminação de pontos críticos, duplicação e construção de obra de arte especiais na rodovia BR-163/364/MT - lote 03. FUNDAMENTO LEGAL: inciso I do artigo 57, c/c inciso V do § 1º do mesmo artigo da Lei nº. 8.666/93. DA NOVA VIGENCIA: passa a vencer em 02/09/2019. EFICÁCIA: Este Termo terá eficácia a partir da data de sua publicação, em extrato, no DOU. PROCESSO: 50600.063741/2012-52. DATA DA ASSINATURA: 23/08/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 393003

Número do Contrato: 245/2016.  
Nº Processo: 50600044593701439.  
Regime de Execução: Contratação Integrada.  
RDC ELETRÔNICO Nº 419/2015. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 02385674000187. Contratado: DTA ENGENHARIA LTDA - Objeto: Alteração do Critério de Pagamento do Contrato DAQ-245/16-00. Fundamento Legal: Lei nº 12462/2011, art. 9º, inc.II, § 4º. Data de Assinatura: 25/08/2017.

(SICON - 31/08/2017) 393003-39253-2017NE800036

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2017 UASG 393027

Processo: 5060500675201785 - Objeto: Contratação da Empresa AEA - Educação Continuada para prestação de curso de capacitação na área de Pavimentação Rodoviária "Pavimentos Asfálticos - Dimensionamento e Restauração" para atender às necessidades da Superintendência Regional do DNIT no Estado da Bahia. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Contratação de serviço de natureza singular com empresa de notório especialização. Declaração de Inexigibilidade em 04/08/2017. ALAN OLIVEIRA DE FARIA, Coordenador de Administração e Finanças. Ratificação em 07/08/2017. AMAURI SOUSA LIMA, Superintendente Regional do Dnit No Estado da Bahia. Valor Global: R\$ 37.490,00. CNPJ CONTRATADA: 10.882.019/0001-62 AEA CURSOS LTDA - ME.

(SIDE - 31/08/2017) 393027-39252-2017NE800010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 393027

Número do Contrato: 30/2015.  
Nº Processo: 5060500056201541.  
Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.  
RDC ELETRÔNICO Nº 668/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 17579459000194. Contratado: DIEFFA ENGENHARIA E CONSULTORIA -LTD.A. Objeto: Segundo Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo com Aumento de Valor ao contrato. Fundamento Legal: Art. 57, § 1º, inciso II, V e VI, c/c Art. 60 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores e na cláusula 4ª do contrato. Vigência: 02/09/2017 a 30/09/2018. Valor Total: R\$10.907.410,70. Fonte: 100000000 - 2017NE800299. Data de Assinatura: 31/08/2017.

(SICON - 31/08/2017) 393027-39252-2017NE800010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 393027

Número do Contrato: 629/2014.  
Nº Processo: 50605000506201491.  
Regime de Execução: Empreitada por Preço Global.  
RDC PRESENCIAL Nº 205/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 144482600010139. Contratado: TOP ENGENHARIA LTDA - Objeto: Segundo Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Contrato. Fundamento Legal: Art. 57, §1º, inciso II, V e VI, c/c Art. 60 da Lei 8666/93 e na cláusula Sexta, Item 6.1.1 do contrato. Vigência: 02/09/2017 a 30/09/2018. Data de Assinatura: 31/08/2017.

(SICON - 31/08/2017) 393027-39252-2017NE800010

**AVISO DE ANULAÇÃO**

Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2017-05.  
O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, informa aos interessados que torna sem efeito a inexigibilidade de licitação em epígrafe, publicado no DOU Nº 116, do dia 25 de agosto de 2017, página 116. Processo Administrativo nº 50605.000673/2017-85.

Salvador, 31 de agosto de 2017.  
ANTONIO CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA  
Superintendente  
Substituto

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 334/2017 UASG 393024

Processo: 50603002100201625 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para a execução dos serviços de Manutenção Rodoviária (Conservação/Recuperação) na BR-222/CE e BR-403/CE, conforme descrito a seguir: Rodovia BR-222/CE: Trecho: FORTALEZA (AVENIDA BEZERRA DE MENEZES) DIV. CE/PI; Subtrecho: ACESSO OESTE SOBRAL DIV. CE/PI; Segmento: Km 228,60 ao Km 348,70; Extensão: 120,10 km; Código PNV: 222BCE0190 a 222BCE0230 e Rodovia BR-403/CE: Trecho: ENTR. CE-085 (ACARAU) ENTR. BR-226/404 (CRATEÚS); Subtrecho: ENTR. BR-222(B)/CE-183 ENTR. CE-253 (CERIRÉ); Segmento: km 124,60 ao km 149,40; Extensão: 24,80 km e Código PNV: 403BCE0075. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 01/09/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h30 às 17h30. Endereço: Km 06 da Rod Br 116 Cajazeiras - FORTALEZA - CE ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/393024-05-334-2017](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/393024-05-334-2017). Entrega das Propostas: a partir de 01/09/2017 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 18/09/2017 às 09h30 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

ANTONIO SERGIO DE OLIVEIRA EMÍDIO  
Pregoeiro

(SIDE - 31/08/2017) 393024-39253-2017NE800010

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS E DISTRITO FEDERAL**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 623/2017 UASG 393011

Processo: 50612000084/17-16.  
PREGÃO SISPP Nº 266/2017. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 01863518000111. Contratado: TERRA VIGILANCIA E SEGURANCA - EIRELI. Objeto: Prestação de serviços de, forma contínua, vigilância / segurança patrimonial armada (CBO 5173) nas áreas físicas da Superintendência Regional do DNIT em Goiás e Distrito Federal, nas suas Unidades Locais e no Posto de Pesagem de Formosa/GO, para guarda dos bens patrimoniais da instituição. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02 e 8.666/93. Vigência: 03/09/2017 a 02/09/2018. Valor Total: R\$961.200,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800161. Data de Assinatura: 31/08/2017.

(SICON - 31/08/2017) 393011-39252-2017NE800021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2017 - UASG 393011

Número do Contrato: 491/2014.  
Nº Processo: 50612006340/13-47.  
PREGÃO SISPP Nº 113/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 02155735000110. Contratado: CONSTRUTORA CENTRO LESTE S/A - Objeto: Alteração cláusula quarta - Prazo: O prazo de vigência e execução contratual, com término previsto para 19/08/2016 e 21.05/2016 respectivamente, parcelado em 15/11/2014, restando um saldo a restituir de 644 e 354 dias consecutivos respectivamente, passa a vigorar até 06/06/2019 e 08/03/2019 a partir de 01/09/2017 com a restituição dos respectivos dias. Fundamento Legal: Arts. nº 57, § 1º, III, 60 da Lei 8.666/93. Vigência: 01/09/2017 a 06/06/2019. Data de Assinatura: 31/08/2017.

(SICON - 31/08/2017) 393011-39252-2017NE800021

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 287/2017 UASG 393010

Processo: 50619000501201752 - Objeto: Pregão Eletrônico - Execução dos Serviços de Supervisão sobre a Elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia e Execução das Obras de Implantação e Pavimentação da Rodovia BR-419/MS, Lote 01. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 01/09/2017 de 08h00 às 11h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Antonio Maria Coelho, 3099 - Bairro Jardim Dos Estados CAMPO GRANDE - MS ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/393010-05-287-2017](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/393010-05-287-2017). Entrega das Propostas: a partir de 01/09/2017 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 14/09/2017 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [http://www1.dnit.gov.br/cdtais/consulta/cdtais\\_units.asp](http://www1.dnit.gov.br/cdtais/consulta/cdtais_units.asp).

THIAGO CARIM BUCKER  
Superintendente

(SIDE - 31/08/2017) 393010-39252-2017NE800053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.